

Decolonialidade, *border thinking* e organizações: as contribuições de Guerreiro Ramos e Celso Furtado *

Decolonialidad, *border thinking* y organizaciones: las contribuciones de Guerreiro Ramos y Celso Furtado

Decoloniality, *border thinking* and organizations: the contributions of Guerreiro Ramos and Celso Furtado

Ana Paula Medeiros Bauer ^a

Unigranrio, Brasil

anabauer@id.uff.br

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-0901-6098>

Vanessa Faria Silva

Unigranrio, Brasil

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-3398-2605>

Sergio Eduardo de Pinho Velho Wanderley

Unigranrio, Brasil

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-9248-5214>

DOI: <https://doi.org/10.11144/Javeriana.cao32-58.dbto>

Redalyc: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=20560207002>

Recepção: 04/07/2018

Aprovação: 29/03/2019

Publicado: 30/06/2019

Resumo:

Este artigo busca contribuir com a opção decolonial para a compreensão da realidade organizacional na América Latina. O projeto Modernidade / Colonialidade / Decolonialidade (MCD) é promovido por autores latino-americanos, predominantemente de língua materna espanhola. Contudo, poucos são os autores do pensamento social brasileiro citados nos trabalhos elaborados a partir desta perspectiva. Diante disso, o objetivo do artigo é trazer a contribuição de dois autores brasileiros, o sociólogo Guerreiro Ramos e o economista Celso Furtado, tanto ao projeto MCD, quanto à melhor compreensão das organizações na América Latina. Logo, o artigo investiga, com base na perspectiva *border thinking*, quais as interseções das obras de Guerreiro Ramos “A redução sociológica” e “Mito e verdade da revolução brasileira”, com as obras de Celso Furtado “Formação econômica do Brasil” e “A pré-revolução brasileira”.

Códigos JEL: O20, O54, F54

Palavras-chave: pensamento social brasileiro, *border thinking*, Decolonialidade, Guerreiro Ramos, Celso Furtado.

Resumen:

Este artículo busca contribuir con la opción decolonial para la comprensión de la realidad organizacional en América Latina. El proyecto Modernidad / Colonialidad / Decolonialidad (MCD) es promovido por autores latinoamericanos, predominantemente de lengua materna española. Sin embargo, pocos son los autores del pensamiento social brasileño citados en los trabajos elaborados a partir de esta perspectiva. El objetivo del artículo es traer la contribución de dos autores brasileños, el sociólogo Guerrero Ramos y el economista Celso Furtado, que tienen mucho que contribuir con el proyecto MCD, así como para la mejor comprensión de las organizaciones en América Latina. El artículo investiga, con base en la perspectiva *border thinking*, cuáles son las intersecciones de las obras “La Reducción Sociológica” (Ramos, 1958) y “Formación Económica de Brasil” (Furtado, 1959); y “La Pre-Revolución Brasileña” (Furtado, 1962) y “Mito y Verdad de la Revolución Brasileña” (Ramos, 1963).

Códigos JEL: O20, O54, F54

Palabras clave: pensamiento social brasileño, *border thinking*, Decolonialidad, Guerreiro Ramos, Celso Furtado.

Abstract:

This article seeks to contribute to the decolonial option for understanding the organizational reality in Latin America. The Modernity / Coloniality / Decoloniality (DCM) project is promoted by Latin American authors, predominantly Spanish-speaking. However, few authors of Brazilian social thought are cited in the works elaborated from this perspective. The objective of the article is to bring the contribution of two Brazilian authors, the sociologist Guerreiro Ramos and the economist Celso Furtado,

Autor notes:

^a Autor correspondente. Correo eletrônicoanabauer@id.uff.br

who have much to contribute with the MCD project, as well as for the better understanding of the organizations in Latin America. Therefore, the article investigates, based on the perspective of border thinking, the intersections of the works “The Sociological Reduction” (Ramos, 1958) and “Economic Formation of Brazil” (Furtado, 1959); and “The Brazilian Pre-Revolution” (Furtado, 1962) and “Myth and Truth of the Brazilian Revolution” (Ramos, 1963).

JEL Codes: O20, O54, F54

Keywords: Brazilian social thought, border thinking, Decoloniality, Guerreiro Ramos, Celso Furtado.

Introdução

A área dos estudos críticos em organizações possui um predomínio de termos e abordagens eurocêntricas e anglo-saxões que não incluem as problemáticas da realidade de outras geografias. Deste modo, ela potencializa os quadros teóricos hegemônicos. Em contrapartida, em meados da década de 1990, surgiu o projeto Modernidade / Colonialidade / Decolonialidade (MCD), considerado como um programa de investigação que busca compartilhar pensamentos, ideias e conceitos que lhes “conferem uma identidade e um vocabulário próprio, contribuindo para a renovação analítica e utópica das ciências sociais latino-americanas do século XXI” (Ballestrin, 2013, p. 98). O MCD é promovido por autores latino-americanos como o peruano Aníbal Quijano, os argentinos Enrique Dussel e Walter Mignolo, os venezuelanos Edgardo Lander e Fernando Coronil, os colombianos Arturo Escobar e Eduardo Mendieta entre outros (Escobar, 2007). Alguns pesquisadores brasileiros (Abdalla & Faria, 2017; Wanderley & Barros, 2018) e chilenos (Mandiola, 2010), entre outros, buscam o envolvimento com o projeto MCD para investigar os fenômenos organizacionais na América Latina. Nesse sentido, abraçar a opção decolonial para desenvolver estudos com o lócus de enunciação na América Latina pode contribuir para representar de forma mais adequada a realidade do sul. Desta maneira, ela não será considerada uma anomalia quando comparada a um padrão disseminado pelo norte-hegemônico (Alcadipani, Khan, Gantman, & Nkomo, 2012).

O estudo busca colaborar com as discussões alternativas que dialogam com a problemática sobre as representações e significados do que é ser crítico. Ele traz a perspectiva *border thinking* como um meio para se entender ‘o crítico’ nos processos de pesquisa. Construir um conhecimento ou reflexão pautada no *border thinking* é assumir uma epistemologia de fora, mas produzida no interior, isto é, “do externo gerado a partir do interno” (Mignolo & Tlostanova, 2006, p. 206). É um exercício de ida e volta ao local de onde o conhecimento é produzido. O encontro entre as ‘bordas’ que gera o ‘outro’ conhecimento (Mignolo, 2011).

Trabalhar com as ideias do *border thinking* nos permite pensar o crítico sem cair nas armadilhas do purismo. Busca-se assim, por meio da diferença colonial, compreender o pensamento externo e o interno produzindo um outro (Mignolo, 2011). A perspectiva *border thinking* permite, assim, evitar a armadilha de adotarmos autores do lado interno da borda, ainda que críticos, e assim nos sentirmos “pensadores críticos (ou avançados), que, na verdade, não reconhecem o quão eurocêntrico podemos ser” (Dussel & Ibarra-Colado, 2006, p. 491). Portanto, o trabalho se engaja em decolonizar a produção do pensamento econômico e social que impactam nos estudos das organizações, percebendo na perspectiva decolonial a oportunidade de iluminar conceitos, teorias e práticas subalternas. Para isso propomos o resgate de autores que foram subalternizados nessas mesmas periferias pelo pensamento anglo-saxão dominante.

Notamos que alguns autores do pensamento social brasileiro como Paulo Freire, Darcy Ribeiro e Milton Santos já foram citados por trabalhos da perspectiva decolonial (Wanderley & Amon, 2018), mas também consideramos que Guerreiro Ramos e Celso Furtado devem ser inseridos nas discussões decoloniais. Guerreiro Ramos foi um sociólogo, intelectual e político brasileiro que pensava sobre a realidade do país visando compreender as necessidades e dilemas locais (Tenório, 2010). Celso Furtado foi um economista brasileiro e também um pensador das organizações e gestor público. Foi reconhecido internacionalmente sendo indicado para o Prêmio Nobel de Economia em 2003 (Tenório & Wanderley, 2018). Dessa forma, buscamos contribuir com o estudo de Paes de Paula, Maranhão, Barreto y Klechen (2010) que aponta a

tradição e a autonomia dos Estudos Organizacionais Críticos –EOC– no Brasil, trazendo além de Guerreiro Ramos, as discussões de Celso Furtado para a área de estudos organizacionais.

Dada a vasta obra de ambos autores, optamos por escolher dois livros de cada autor, publicados em datas próximas, e em momentos muito particulares da produção do pensamento social brasileiro. No início da próxima sessão apresentamos essas obras e o contexto em que foram produzidas. Essas obras foram desenvolvidas em um momento em que o Brasil, assim como outros países da América Latina, procurava promover um conhecimento de e para a região, tentando escapar do conhecimento dominante que emanava dos EUA. Resgatar essas obras de Guerreiro Ramos e Celso Furtado, bem como de outros autores da América Latina que tiveram seu pensamento encoberto pelo conhecimento hegemônico, pode nos ajudar a decolonizar a produção do conhecimento em *management*, assim como a buscar alternativas que problematizem a representação do que é ser crítico a partir da periferia.

Sendo assim, este artigo tem por objetivo analisar, sob a perspectiva *border thinking*, as interseções das obras produzidas por Guerreiro Ramos e Celso Furtado no período que antecedeu o golpe empresarial-militar de 1964 no Brasil. Dessa forma, o trabalho pretende contribuir para a ampliação do conhecimento e uso de abordagens latino-americanas na área dos Estudos Críticos Organizacionais (Mandiola, 2010). Para isso, o texto é estruturado da seguinte forma: apresentação das obras e do contexto da produção de conhecimento no Brasil no período; seguido de uma introdução da perspectiva *border thinking*. A seguir, se analisarão as interseções das obras estudadas; a discussão da relação entre o pensamento social brasileiro e a perspectiva *border thinking* e, por fim, se apresentarão as considerações finais.

Os autores e as obras selecionadas em seu contexto de publicação

Guerreiro Ramos publicou o livro “A Redução Sociológica” (1958) por meio da política editorial do Instituto Superior de Estudos Brasileiros –ISEB–, que é um importante referencial nas ciências sociais. Essa foi a última obra de Guerreiro Ramos publicada enquanto o autor ainda integrava esse instituto, ligado ao Ministério da Educação brasileiro (Bariani, 2015). Além da publicação do livro “A Redução Sociológica”, vários cursos e outras publicações importantes para o cenário brasileiro foram fomentados pelo ISEB (Wanderley, 2016). Nesse sentido, nota-se que as políticas de incentivo da época, de certa maneira, proporcionavam e apoiavam o desenvolvimento e produção de conhecimento por parte de intelectuais brasileiros. No mesmo período, em 1959, Celso Furtado publicava “Formação Econômica do Brasil”, considerada sua obra-prima, que trouxe uma importante contribuição para a compreensão da história da economia nacional e das razões de seu subdesenvolvimento (Tenório & Wanderley, 2018).

Poucos anos depois, tais estudiosos continuaram a produzir conhecimento local, por meio dos livros “A Pré-Revolução Brasileira” (Furtado, 1962) e “Mito e Verdade da Revolução Brasileira” (Ramos, 1963). Durante esse período, o país era governado por João Goulart (1961-64), que meses depois (março de 1964), sofreria o golpe empresarial-militar. João Goulart, também conhecido como Jango, “foi um dos principais líderes trabalhistas brasileiros” (Delgado, 2010, p. 127). O presidente do período pré-militar desenvolveu com coerência seus fazeres políticos, e optou por uma “consolidação renovada da herança varguista e pela adoção e apoio a iniciativas destinadas à ampliação da cidadania social e à defesa dos interesses econômicos nacionais” (Delgado, 2010, p. 127).

O contexto nacional desenvolvimentista no Brasil, destacado pela historiografia principalmente nos períodos do governo do presidente Getúlio Vargas (1951-54) e do presidente Juscelino Kubitschek (1956-60), trouxe significativas contribuições para o setor econômico e social do Brasil (Delgado, 2010). Durante esse período, avanços como direitos trabalhistas, industrialização e urbanizações ocorreram no país, possibilitando reflexões a respeito de um tipo de desenvolvimento que não se limitava aos avanços puramente econômicos. Entre os avanços deste período, durante o governo de Café Filho (1954-1955), cabe citar a

criação do ISEB, um importante Instituto Educacional. Fundado na cidade do Rio de Janeiro, o ISEB estava ligado ao governo federal, com o intuito de proporcionar o ensino pós-universitário (Wanderley, 2016). Dessa forma, o ISEB trouxe grande contribuição para o pensamento social brasileiro, já que autores como Guerreiro Ramos e Celso Furtado participaram da instituição, dentre vários outros pensadores. Guerreiro como diretor de sociologia de 1955 a 1958, e Furtado como palestrante eventual.

Ao se falar da década 1950, é importante destacar o papel da CEPAL. Guerreiro Ramos, por exemplo, ao ser entrevistado, afirmou que o trabalho da CEPAL foi “a coisa mais eminente na história cultural da América Latina”, e que teve uma grande influência sobre ele. O teórico ainda apontou que, nesse período, “o que nós queríamos era pensar o Brasil”, desde o ponto de vista da formação, do modo de governar, e das formas que o país deveria ter, baseadas em modelos de desenvolvimento em termos brasileiros (Oliveira, 1985, p. 152). Dessa forma, a CEPAL influenciou o desenvolvimento latino americano no contexto em que “A Redução Sociológica” foi publicada (Bariani, 2015).

No período da década de 1950, e início da década de 1960, a CEPAL produziu estudos e formulações que tinham uma proposta que desafiava as teorias ortodoxas advindas do Norte, buscando pensar sobre a realidade local. Por exemplo, nas teorizações da CEPAL podemos encontrar as origens da teoria da dependência, que acabaria sendo encoberta por pensamentos dominantes (Wanderley, 2015). O contexto em que tais livros foram produzidos inspirava “confiança no progresso, no desenvolvimento, nas possibilidades técnicas e nas transformações políticas; de agitação e ousadia artística e cultural, de renovação política da esquerda” (Bariani, 2015, p. 16). Além disso, no campo da sociologia havia uma busca para consolidar temas e abordagens próprias, produzindo balanços históricos e elaborações teóricas sistemáticas. O trabalho em torno dessas discussões abordava:

“desenvolvimento, industrialização, urbanização, mudança social, organização e integração ou aculturação, educação, populações rurais e indígenas, relações “raciais” etc., bem como a preocupação com teoria, ensino e pesquisa, processo de institucionalização e consolidação científica, problemas que eram considerados cruciais para a maturidade da própria sociologia no Brasil. (Bariani, 2015, p. 16)”

Mesmo que a historiografia não dê a mesma ênfase para o governo Jango enquanto nacional desenvolvimentista, ele desenvolveu políticas que apoiavam e financiavam o fortalecimento nacional de brasileiros para brasileiros (Delgado, 2010). Neste contexto, os livros de Celso Furtado e Guerreiro Ramos, publicados no início da década de 1960, reafirmam as perspectivas de transformação social que o desenvolvimento daquele período estava proporcionando. Sendo assim, apesar de nunca terem escrito nenhuma obra ou artigo juntos, Celso Furtado e Guerreiro Ramos foram contemporâneos na produção de conhecimento social e econômico brasileiro. Além disso, ambos trabalharam no Departamento Administrativo do Serviço Público –DASP– em períodos concomitantes. No entanto, Furtado era servidor do DASP em instância estadual (Tenório & Wanderley, 2018), enquanto que Guerreiro Ramos servia ao DASP em instância federal (Tenório, 2010). Sobretudo, Guerreiro e Furtado foram os autores do pensamento social brasileiro mais citados nos eventos nacionais da área da administração EnANPAD e EnAPG, no período de 1995-2010.

Entre os anos de 1943 a 1951, Guerreiro Ramos exerceu funções burocráticas e técnicas no DASP. Também publicou resenhas e artigos sobre livros e autores que se tornaram clássicos no campo da sociologia no mundo e foram publicados na Revista do Serviço Público, que pertencia ao próprio DASP (Tenório, 2010). Já Celso Furtado, trabalhou no DASP de 1943 até 1948. Ingressou via concurso público, como assistente de organização, e um ano depois prestou concurso para técnico de administração do mesmo departamento. “Foi designado para trabalhar em Niterói, na Divisão de Organização e Orçamento do Departamento de Serviço Público –DASP– do Estado do Rio, um dos tantos *daspinhos* criados no país” (Tenório & Wanderley, 2018, p. 13).

Nota-se então uma convergência em uma parte da trajetória dos pensadores sociais brasileiros Guerreiro Ramos e Celso Furtado. Os autores trabalharam no mesmo órgão da administração pública, e produziram conhecimentos dentro do mesmo contexto social, político e econômico (Matta, 1983).

Esses livros, publicados no período pré-golpe empresarial-militar de 1964 (Gonçalves, 2016), foram elaborados a partir de uma preocupação e senso de responsabilidade dos autores com o futuro do Brasil. A obra de Guerreiro Ramos na década de 1950 foi um esforço para a elaboração de uma teoria pós-colonial aplicada à realidade brasileira (Lynch, 2015). A ‘Redução Sociológica’, por exemplo, desenvolveu o procedimento de analisar criticamente as teorias e ações geradas no centro. Além disso, apesar de ser pouco conhecida no mundo anglo-saxão, a obra de Guerreiro Ramos discutia conceitos da análise crítica já nas décadas de 1950 e 1960.

Alcadipani (2017) realiza uma análise com base na perspectiva pós-colonial, que surgiu entre as décadas de 1980 e 1990, a partir do conceito de ‘Redução Sociológica’, publicado no ano 1958. O autor contribui para destacar a relevância e atualidade do pensamento social brasileiro para o campo dos Estudos Organizacionais. Para isso, o autor utiliza a abordagem pós-colonial, apresentada como a perspectiva de análise que considera a relevância e consequências da colonização para as distintas questões sociais, como política e cultura. Contudo, consideramos que as obras dos pensadores sociais brasileiros produzidas no período nacional desenvolvimentista, objetos de estudo deste trabalho, possuem maior aderência com a abordagem decolonial, mais especificamente com a perspectiva *border thinking*.

A perspectiva *border thinking* privilegia o pensamento “baseado nas experiências das colônias e dos impérios subalternos”. Este fornece uma “epistemologia que foi negada pela expansão imperial” (Mignolo & Tlostanova, 2006, p. 206). Ou seja, a perspectiva *border thinking* não apenas considera as consequências históricas da colonização, mas também exercita a análise crítica das teorias e práticas que foram produzidas no “lado externo da borda”. A partir destas considerações, a perspectiva *border thinking* pode trazer grandes contribuições para a análise das construções teóricas de Celso Furtado e Guerreiro Ramos, publicadas entre o fim da década de 1950 e início da década de 1960. Por outro lado, discutir os textos de Celso Furtado e Guerreiro Ramos a partir da perspectiva decolonial também pode contribuir para fortalecer o debate realizado pela mesma. Isto devido à proximidade entre as discussões elaboradas pelos autores em décadas passadas com as críticas atuais circunscritas nessa abordagem.

Quanto à atualidade do pensamento social brasileiro para o contexto global, a produção intelectual de Guerreiro Ramos contribui para que seja repensada a forma eurocêntrica em que a história global da disciplina de sociologia é contada (Maia, 2015). As obras de Guerreiro Ramos também possuem relevância transnacional, visto que as discussões sobre colonialidade e pós-colonialidade nos anos 1950 e 1960 ainda citam, majoritariamente, poetas, filósofos e escritores anglo-saxões para referenciar o debate da época. Elas desconhecem, no mesmo período, a consistência teórica de Guerreiro Ramos sobre esse tema (Maia, 2015).

A Perspectiva *border thinking*

A perspectiva *border thinking* é um conceito desenvolvido por Walter Mignolo, dentro do projeto de investigação MCD. O projeto foi desenvolvido por pesquisadores majoritariamente latino americanos, comprometidos com o objetivo de “substituir a universalidade eurocêntrica e criar condições para um mundo no qual muitos mundos e conhecimentos possam coexistir” (Faria, 2013, p. 278). O conceito é de grande relevância para o projeto, uma vez que desenvolve a ‘diferença colonial’ para a co-criação de estudos de gestão decolonial. Ou seja, busca decolonizar a construção das singularidades e do cotidiano dos lugares que ainda vivenciam a colonialidade. A colonialidade é uma forma de dominação que vai além do colonialismo, apropriando-se não só do território geográfico, mas também das produções sociais. O *border thinking*

proporciona a “construção de um mundo em que muitos mundos e conhecimentos podem coexistir como uma maneira de mudá-lo para melhor” (Faria, 2013, p. 278).

Vale destacar o que se entende por ‘diferença colonial’. Este é um exercício de ir à ‘borda’ e voltar para o interno, buscando produzir um outro conhecimento, levando em consideração toda a bagagem acumulada. Além disso, “a diferença colonial envolve rearticular fronteiras internas e externas”, mas não se caracteriza como a junção de conhecimentos ou complementariedades, mas sim o desenvolvimento de um outro conhecimento produzido pela periferia acadêmica. O *border thinking* visa questionar a universalidade do pensamento eurocêntrico, ou seja, desafia a ideia de que o pensamento é “deslocalizado” (Faria, 2013, p. 283). O conceito tem a intenção de destacar que todo conhecimento é localizado, possui um contexto de produção e apropriação e que as tentativas de universalização e generalização são por vezes equivocadas.

Outra preocupação que atinge a construção do *border thinking* é o poder de agência dos indivíduos ou das coletividades. Como fazer com que esse conhecimento seja reconhecido e legítimo no meio dominante é uma inquietação do conceito. Um grande desafio do *border thinking*, “informado pela transmodernidade, é fazer processos visíveis através dos quais indivíduos e coletividades conseguem superar a diferença colonial e criar algum grau de agência” (Faria, 2013, p. 283). Transmodernidade é um conceito construído pelo filósofo argentino Enrique Dussel, muito importante para compreender o *border thinking*:

“Ao contrário do projeto de Habermas, em que o objetivo é concretizar o incompleto e inacabado projeto da modernidade, a transmodernidade de Dussel visa concretizar o inacabado e incompleto projeto novecentista da descolonização. Em vez de uma única modernidade, centrada na Europa e imposta ao resto do mundo como um desenho global, Dussel propõe que se enfrente a modernidade eurocentrada através de uma multiplicidade de respostas críticas decoloniais que partam das culturas e lugares epistêmicos subalternos de povos colonizados de todo o mundo. (Grosfoguel, 2009, p. 75)”

O *border thinking* pode ser entendido como uma “resposta epistêmica do subalterno ao projeto eurocêntrico da modernidade” (Grosfoguel, 2009, p. 74). Com isso, buscando não assumir uma postura de rejeição da modernidade, o conceito *border thinking* busca redefinir:

“a retórica emancipatória da modernidade a partir das cosmologias e epistemologias do subalterno, localizadas no lado oprimido e explorado da diferença colonial, rumo a uma luta de libertação decolonial em prol de um mundo capaz de superar a modernidade eurocentrada. (Grosfoguel, 2009, p. 74)”

O *border thinking* busca construir uma redefinição da cidadania e da democracia, dos direitos humanos, das relações econômicas para tudo aquilo que foi imposto como definição universal pela modernidade. “É uma resposta transmoderna decolonial do subalterno perante a modernidade eurocêntrica” (Grosfoguel, 2009, p. 74). Desta maneira, o *border thinking* se insere na discussão sobre a hegemonia eurocêntrica, que é resultado de “uma negação simultânea da produção de conhecimento aos povos conquistados e na repressão dos modos tradicionais de produção de conhecimento, com base na relação de superioridade / inferioridade imposta pela estrutura hierárquica (e racial).” (Faria, 2013, pp. 279-280). Portanto, é necessário mudar a perspectiva de pensamento, passando do universalismo para pluriversalismo e da modernidade para a transmodernidade. Perceber que existem diversos mundos e lógicas de organização, assim como inúmeras possibilidades de se desenvolver a modernidade, é um caminho para atuar como um *border thinker*.

O *critical border thinking* é assumido por Mignolo e Tlostanova (2006, p. 206), como um pensamento “baseado nas experiências das colônias e dos impérios subalternos”, que fornece uma “epistemologia que foi negada pela expansão imperial”. O *border thinking* traz à superfície diferentes atores do campo, que desenvolvem teorias e ideias de conhecimento buscando dar voz a todos. Deste modo, se desloca da modernidade europeia a legitimidade exclusiva de articular conceitos e teorias, buscando capacitar aqueles que foram “desempregados pelo ego e a política do conhecimento” (Mignolo & Tlostanova, 2006, p. 207).

“A mudança epistêmica decolonial não está mais fundamentada nas categorias de pensamento grega e latina que informou a epistemologia moderna (desde o Renascimento) nas seis línguas imperiais (italiano, espanhol e português para o Renascimento, francês, inglês e alemão para o Iluminismo), mas nas fronteiras epistêmicas entre as categorias imperiais

européias e as categorias que a epistemologia moderna descartou como epistemologicamente não sustentáveis (por exemplo, mandarim, japonês, russo, hindu, urdu, aymara, náuatl, wolof, árabe, etc.). (Mignolo & Tlostanova, 2006, p. 207)

Também é relevante destacar que as fronteiras da “borda” não são só geográficas, mas também políticas, subjetivas e epistemológicas. Isto implica que nelas existem indivíduos dotados de saberes como “línguas, religiões e conhecimentos de ambos os lados ligados através de relações estabelecidas pela colonialidade do poder” (Mignolo & Tlostanova, 2006, p. 208). As fronteiras, dessa forma, não são um desdobramento dos processos históricos naturais da humanidade, mas sim, criados na própria constituição do mundo moderno.

De uma maneira geral, o *border thinking* representa um método decolonial de desenvolver pesquisas. No entanto ainda há poucos trabalhos que abordam tal perspectiva (Faria, 2013). O *border thinking* nos leva a questionamentos que devem ser comuns a qualquer tipo de pensamento a ser abordado. Por exemplo, questionar o contexto e o lugar em que tal estudo foi desenvolvido, quem definiu os conceitos utilizados, de onde fala o pensamento. Ou seja, questionamentos muito importantes para compreender que a universalização e a generalização contêm relevantes fragilidades. Portanto, o *border thinking* foi definido como “um outro pensamento de diferentes locais” que advém de uma epistemologia da exterioridade, “implantada por indivíduos e coletivos que conseguem construir uma agência a partir da diferença colonial. [Sendo assim], não é possível um mundo em que muitos mundos e conhecimentos possam coexistir sem *border thinking*” (Faria, 2013, p. 284).

As principais ideias e as interseções das obras de Guerreiro Ramos e Celso Furtado no período pré-golpe empresarial-militar de 1964

Nosso papel enquanto intelectuais e nossos questionamentos da prática cotidiana nos auxiliam a produzir a crítica com mais consciência. Nesse sentido, a reflexividade do pesquisador deve se fazer presente no momento das escolhas dos materiais que serão analisados, dos documentos, dos livros. Todas essas escolhas refletem o posicionamento do pesquisador na pesquisa.

Para que possamos desenvolver a possibilidade de interseção entre o *border thinking* (Faria, 2013; Grosfoguel, 2009; Mignolo & Tlostanova, 2006), e as discussões teóricas elaboradas por Guerreiro Ramos (1958; 1963) e Celso Furtado (1959; 1962), apresentaremos uma síntese dos objetivos e principais pontos construídos pelos autores nos livros selecionados. Tais obras serão apresentadas em pares de acordo com a época de publicação. Sendo assim, apresentaremos primeiro os livros “A redução sociológica” e “Formação econômica do Brasil”, e, logo em seguida, “A pré-revolução Brasileira” e “Mito e verdade da revolução brasileira”.

Em 1958, Guerreiro Ramos publica “A redução sociológica”, um livro que busca não só discutir a importância de se refletir sobre os conhecimentos vindos do exterior e sua aplicação no contexto local, mas também abordar sobre o processo de industrialização, urbanização e alterações do consumo popular no Brasil e suas consequências sociológicas. Contudo, a obra também contempla a discussão sobre critérios de avaliação do desenvolvimento, problematizando as comparações, bem como a perspectiva de que existem países eleitos como hegemônicos. Guerreiro Ramos buscou desenvolver “um instrumental teórico que fosse um método, uma atitude intelectual e existencial, um modo de assimilação crítica da produção estrangeira e uma ontologia” (Bariani, 2015, p. 16).

Ramos analisa a realidade nacional e percebe que existe uma emergência da consciência crítica e uma necessidade da construção da personalidade histórica. Essa personalidade histórica de um povo “se constitui quando, graças a estímulos concretos, é levado à percepção dos fatores que o determinam, o que equivale à aquisição da consciência crítica” (Ramos, 1958, p. 48). Por sua vez, a consciência crítica “surge quando um ser humano ou um grupo social reflete sobre tais determinantes e se conduz diante deles como sujeito” (Ramos,

1958, p. 48). Dessa maneira, para Ramos o pensamento científico deveria ser algo relacionado a uma determinada perspectiva, algo relativizado, dirigido a uma realidade específica.

Cabe ainda ressaltar que Ramos baseou seus estudos para a construção do livro na fenomenologia de Husserl, refletindo sobre a “atitude parentética – de pôr entre parênteses a existência efetiva do (ou no) mundo – e as de intencionalidade e perspectivismo da consciência” (Bariani, 2015, p. 18). Além disso, seu pensamento também se baseia nos estudos de Heidegger, absorvendo os conceitos de funcionalidade, ser-no-mundo e mundo.

No livro a “Formação econômica do Brasil”, Celso Furtado (1959) desenvolve uma abordagem histórica sobre a formação econômica brasileira, partindo da colonização da América pelos europeus até a transição para o sistema industrial no século XX. O estudo percorre os fundamentos econômicos da ocupação territorial, a economia escravista de agricultura tropical dos séculos XVI e XVII, a economia escravista mineira no século XVIII, a economia de transição para o trabalho assalariado no século XIX e, por fim, a economia de transição para um sistema industrial no século XX.

De uma maneira geral, o objetivo do livro é compreender a história do desenvolvimento e formação econômica de forma ordenada, para então destacar as fragilidades e problemas econômicos, e refletir sobre como podem vir a ser trabalhados. Com isso, Furtado desenvolveu o método histórico estrutural. Segundo Furtado, sem um apropriado aprofundamento da perspectiva e olhar econômico local, se torna difícil compreender as inter-relações e as conexões de causalidade que compõem o emaranhado de processos econômicos. Além disso, os temas desenvolvidos no livro poderiam compor a base do arcabouço teórico de um curso introdutório ao estudo da economia brasileira.

O método histórico estrutural de Furtado recebeu influências de Lévi-Strauss no que tange a distinção entre estrutura e processo (Boianovsky, 2015). Além disso, o impacto do existencialismo e da dialética eram diferentes no método histórico estrutural, porque Furtado buscou desenvolver um método mais alinhado com a realidade latino americana. Furtado fez importantes contribuições para o estruturalismo em três constructos: primeiro, adicionou uma perspectiva histórica de longo prazo em sua obra a “Formação econômica do Brasil”, legitimando o uso do estruturalismo, ao conectar elementos históricos e econômicos (Bielschowsky, 1995). Em segundo lugar, Furtado iniciou os debates sobre a difícil missão dos setores urbanos para absorverem a massa operária que se deslocava do campo para a cidade, levantando assim as questões sobre subemprego na América Latina. Em terceiro lugar, aprofundou as análises das relações entre crescimento e distribuição de renda, argumentando que “concentração da renda e da propriedade predetermina a composição setorial do investimento e as escolhas tecnológicas” (Bielschowsky, 1995, p. 186).

Com o desenvolvimento de metodologias para a *redução sociológica* e o método histórico estrutural, percebe-se que, durante o fim da década de 1950, Ramos e Furtado estavam preocupados em expor um maior conhecimento sobre a realidade nacional. Os autores buscavam produzir um pensamento do Brasil, e para o Brasil, sem a pretensão de universalizá-los ou generalizá-los. Isto é, a construção desse conhecimento se pautava no aprofundamento da nossa própria história e no desvendar das imposições estrangeiras. Sobretudo, a geração de intelectuais da qual fizeram parte Ramos e Furtado estava convencida de que o Brasil passava por um momento histórico em que seria possível romper com a estrutura colonialista de espoliação. Essa geração, influenciada por Karl Mannheim, entendia que o papel da intelligentsia seria a “criação de uma consciência nítida do que sejam os interesses nacionais brasileiros” (Pereira, 1962, p. 6). Igualmente, a partir da definição clara dos interesses nacionais, a tarefa dos intelectuais seria buscar formas de superação da condição de subdesenvolvimento.

Ramos tinha o objetivo de difundir seu conceito de *redução sociológica*, que consiste na “eliminação de tudo aquilo que, pelo seu caráter acessório e secundário, perturba o esforço de compreensão e a obtenção do essencial de um lado” (Ramos, 1958, p. 71). A “redução sociológica” previa “uma atitude metódica que tem por fim descobrir os pressupostos referenciais, de natureza histórica, dos objetos e fatos da realidade social” (Ramos, 1958, p. 71). Por sua vez, Furtado, ao apontar a formação econômica brasileira, destacou

e iniciou seus estudos desde a colonização, demonstrando como a mesma trouxe impacto para os estágios econômicos futuros. Nesse sentido, o autor destacou a importância do conhecimento histórico para a construção do futuro.

De acordo com Furtado (1962), o livro “A pré-revolução brasileira” consiste em um texto direcionado à juventude universitária, com o objetivo de destacar alguns problemas da época que deveriam ser enfrentados no contexto do desenvolvimento da economia brasileira, no início da década de 1960. Diante disso, o autor constrói a argumentação do texto a partir da tese de que, naquele período, o Brasil havia alcançado uma economia diferenciada, com industrialização e autonomia. Segundo o autor, no início da década de 1960, as decisões político-econômicas do país passaram a ter condições de deixarem de ser reféns das tendências da economia internacional. Isto é, possuíam a possibilidade de serem tomadas com base na atividade econômica nacional.

Para Furtado (1962), os problemas que o Brasil enfrentava, no período que antecedeu o golpe de 1964, estavam relacionados à ampliação do poder de decisão, conquistada através do desenvolvimento econômico da época. Segundo o autor, a autonomia no processo decisório era uma realidade desconhecida para o país. Além disso, havia um contexto de pressões sociais, que também demandava a tomada de decisão. Outro desajuste apresentado pelo autor era o atraso da teoria utilizada para a análise da realidade econômica, a qual não acompanhava as transformações sociais.

A partir dessas lacunas, Furtado aponta alguns problemas que precisavam ser enfrentados na pré-revolução. Entre eles, a falsa dicotomia entre desenvolvimento e liberdade, as reformas de base, e a necessidade de aparelhar o Estado para o exercício de suas novas funções como principal instrumento do desenvolvimento. Com isso, percebe-se que o livro assume o papel de mobilizar a juventude universitária para construir um país mais igualitário, já que o autor compreendia aquele contexto como tendo perspectivas de avanços nesse sentido.

Já em “Mito e verdade da revolução Brasileira”, Guerreiro Ramos (1963) tem a intenção de desenvolver questões acerca da atitude da onda revolucionária que atingiu o país naquela época. O autor percebe, mesmo com os avanços na discussão e seus esforços em desenvolver algo do Brasil e para o Brasil, que ainda era muito presente nos debates para a mudança nacional a importação de teorias e experiências. Ramos acreditava que existia uma perspectiva de caminho independente para o desempenho político do país, tanto nas suas ações internas como externas.

No livro, Guerreiro Ramos segue o intuito de retratar o contexto político e intelectual do cenário brasileiro no início da década de 1960. O país havia acabado de passar por eleições presidenciais, e havia uma forte presença do pensamento socialista nos debates políticos em grande parte da América Latina. Nesse sentido, a construção do argumento do livro gira em torno da corrente marxista-leninista que se desenvolvia com força dentre os movimentos políticos existentes naquele período.

Guerreiro Ramos compreendia que cada país deveria buscar se conhecer melhor, compreendendo seus próprios elementos culturais, sociais, econômicos, naturais e suas singularidades. Somente, a partir desse conhecimento enriquecido pelo local, deveriam se estabelecer as bases para desenvolver outra maneira de construir a própria revolução e realidade desejada. O autor também aponta para a necessidade de entender que nosso país naquele momento vivia um contexto de pluralidade política, onde diversos pensamentos disputavam a atenção social. Porém, muitos deles eram advindos de teorias de empréstimo e ficções literárias, e corria-se o risco de se desenvolver uma radicalização política. Essa radicalização, aconteceria de fato meses depois, concretizada no golpe empresarial civil militar de 1964.

Podemos notar que a interseção entre as obras se encontra na preocupação com a utilização de teorias de empréstimo. Tanto Furtado como Guerreiro Ramos apontam certo desconforto com a desconexão entre a teoria utilizada e a realidade brasileira, bem como com a construção de conhecimento e a sustentação de movimentos políticos. Igualmente, segundo a “Redução Sociológica”, deve-se apontar que teorias desconectadas com a realidade e teorias de empréstimo trazem os mesmos impactos generalizadores, se uma

atitude de redução sociológica não é praticada. Destaca-se assim, a relevância dessas obras para o pensamento e construção do conhecimento no Brasil.

O pensamento social brasileiro e a perspectiva *border thinking*

Após apresentação das obras publicadas pelos teóricos brasileiros, é possível analisá-las por meio da perspectiva *border thinking*, desenvolvida décadas depois por Walter D. Mignolo (2011). O estudo das obras permite compreender interessantes interseções das publicações brasileiras com o *border thinking*, sendo oportuno afirmar que as mesmas foram desenvolvidas sob perspectiva semelhante à defendida pelo *border thinking*. Afinal, todas as publicações analisadas possuem preocupação em desenvolver algo que seja local, mas sem rejeitar todos os conhecimentos acumulados e que fazem sentido para o contexto.

Nota-se que os autores assumem uma epistemologia de fora, mas produzida no interior. Deste modo, eles geram um conhecimento externo por meio do interno, transitando entre as bordas (Mignolo & Tlostanova, 2006). Ao exercitar a prática de ir e voltar para o local de onde o conhecimento é produzido se gera um outro conhecimento. Isto se consegue propiciando o encontro entre o que já se tem construído e o que se pode construir por meio das vivências e saberes locais.

Em a “Formação econômica do Brasil”, Furtado realizou um exercício de *border thinking*, em primeiro lugar, lançando mão da diferença colonial no momento em que se deslocou para o “lado externo da borda”. Ele compreendeu como a colonização europeia impactou nosso desenvolvimento econômico. Em segundo lugar, ele buscou do interior produzir sentidos e explicações que fizessem significado para compreender a conjuntura industrial daquele momento. Com isso, mesmo sem ter conhecido o conceito, pode-se entender Furtado como um *border thinker*.

Na primeira parte do livro, por exemplo, Furtado discute os “fundamentos econômicos da ocupação territorial”, cuja última seção possui por foco o tema “encerramento da etapa colonial”. Dessa forma, o texto contribui para a compreensão da trajetória histórica da economia brasileira, já que retrata acontecimentos desde o período colonial até o século XX. O texto, portanto, evidencia a forte marca de dependência externa que a colonização deixou na formação econômica do país, como, por exemplo, os privilégios dados à Inglaterra por Portugal. Estes privilégios permaneceram vigentes mesmo após o fim do período colonial. Além disso, o texto provoca a reflexão sobre a necessidade de territorializar o desenvolvimento no Brasil. Isto é, não basta estruturar a economia com foco no mercado interno, mas é necessário democratizar o acesso ao desenvolvimento nas distintas regiões do país. Sendo assim, o texto aponta que, para que o desenvolvimento atual da economia brasileira seja alcançado, é fundamental observar os problemas históricos que caracterizam o país. É possível inferir que é cada vez mais latente a necessidade de resgatar o pensamento social de Furtado, a trajetória histórica e os problemas econômicos do país.

Já Guerreiro Ramos, em ambas as obras estudadas (1958; 1963), se preocupa em desenvolver um movimento emancipador (1963), para se libertar das teorias de empréstimo e ficções literárias que são absorvidas sem a devida “redução sociológica” necessária (1958). O autor se preocupava com a criação de uma consciência nacional que se reconheça enquanto produtora de realidade. Tal preocupação pode ser caracterizada como *border thinking*, uma vez que se pretende despertar a epistemologia subalterna que é silenciada pela dominação eurocêntrica.

Em “A redução sociológica” é muito clara a noção de *border thinking*, ao ponto de provocar o questionamento de se poderia o exercício de redução sociológica ser um antecessor, ou talvez, a base do desenvolvimento do conceito de *border thinking*. Isto, mesmo sendo Guerreiro Ramos um autor não citado pelos autores decoloniais hispanofônicos. Varias questões parecem confirmar esta interpretação: a ideia da inexistência na realidade social de objetos sem pressupostos; a postulação de mundo onde toda a consciência é intencional, porque estruturalmente se refere a objetos; o enfoque perspectivista, no qual a perspectiva em

que estão os objetos em parte os constitui; a insistência em suportes coletivos e não individuais; e finalmente, a preferência por procedimentos críticos assimilativos da experiência estrangeira. Todos esses pressupostos da “redução sociológica” fazem também parte de uma postura *border thinking*.

Guerreiro Ramos assumiu para si a responsabilidade de elaborar uma metodologia que possibilitasse ao contexto periférico a análise crítica das produções intelectuais advindas do centro. Por sua parte, Celso Furtado foi um dos pensadores brasileiros que buscou compreender o desenvolvimento nacional, a partir de estudos sobre os motivos dos desajustes das teorias cêntricas na realidade periférica da América Latina (Lynch, 2015). Contudo, o livro “A redução sociológica”, por estar disponível apenas na língua portuguesa, não teve repercussão global. Isto, mesmo discutindo ideias que quase quarenta anos depois seriam consideradas globalmente. Portanto, “fora do Brasil, a recepção do trabalho de Guerreiro Ramos, e de ‘A redução sociológica’ em particular, foi discreta” (Bariani, 2015, p. 23).

As similaridades dos dois conceitos são presenças fortes na proposição de um ‘conhecimento outro’, independente, preocupado com romper barreiras estrangeiras para produzir impactos significativos nas realidades locais. Falamos em realidades justamente por compartilhar a percepção de que existem muitos mundos e conhecimentos coexistindo (Faria, 2013). Guerreiro Ramos, por exemplo, se fundamentou nos constructos de Husserl e Heidegger, autores que não faziam parte da realidade brasileira e, portanto, não desenvolveram seus estudos para esse contexto. Sendo assim, o teórico brasileiro conseguiu desenvolver o exercício de diferença colonial, trazendo as contribuições do lado interno da borda, apropriadas com as devidas reduções.

Em “A pré-revolução Brasileira”, Furtado se preocupa em destacar o atraso da teoria utilizada para analisar a realidade econômica do país. Para o autor, tal teoria, por vezes, se mostrava descontextualizada de seu local de criação, não sendo possível sua universalização. Essa constatação vai ao encontro da ideia de que a mudança de perspectiva de pensamento deve passar do universalismo para o pluriversalismo, e da modernidade para a transmodernidade. Talvez, Furtado sentisse necessidade de trabalhar com teorias desenvolvidas sob essa visão epistemológica, a qual conduz ao *border thinking*.

A preocupação em destacar os problemas econômicos e sociais do país permeava as discussões desenvolvidas em “A pré-revolução Brasileira”. Nessa obra se elencavam as desigualdades de distribuição de renda e o atraso rural. Igualmente, se descreviam as tensões de transitar entre a manutenção da realidade posta, se submetendo ao capital estrangeiro, e a possibilidade de reformas agrária e o aparelho do Estado. Realizar essa reflexão sobre esses impasses polarizados, demonstrando os dois lados de forma a não se comprometer exclusivamente com nenhum deles, pode ser percebido como um exercício de *border thinking*, buscando construir um outro pensamento acerca da realidade brasileira.

Além disso, na mesma obra, Furtado expôs uma preocupação com o método revolucionário marxista-leninista. De forma um pouco mais enfática, Guerreiro Ramos, em “Mito e verdade da revolução Brasileira”, busca alertar os leitores sobre o perigo da afeição ao marxismo-leninismo sem a devida abstração de ‘diferença colonial’ (ou poderíamos chamar de redução sociológica?).

“Mito e verdade da revolução Brasileira” é uma obra pouco comentada e analisada pelos estudiosos. Até o ano de 2010 foi discutida em apenas seis trabalhos acadêmicos (Motta, 2010). O livro foi escrito em um contexto global de lutas anticoloniais, no qual Guerreiro Ramos manifesta uma crítica ao conceito de marxismo-leninismo pregado dogmaticamente pelo Partido Comunista Brasileiro –PCB–.

Nesse sentido, Guerreiro Ramos (1963) busca assumir uma atitude *border thinking* na medida em que reflete sobre ambos os lados da borda sem rejeitar nenhum deles. O autor discorre sobre as lutas políticas no mundo que ocorrem durante esse período, as compreendendo como importantes no papel de inspirar o contexto brasileiro. Porém, se debruça sobre a realidade brasileira para a partir daí produzir um outro conhecimento, que não se perceba como purista e nem como cópia integral dos movimentos internacionais. Vale destacar o esforço e o engajamento realizado por Guerreiro Ramos para produzir o “Mito e verdade da revolução brasileira”, uma vez que o autor, antes mesmo de publicar a obra, enviou seu primeiro escrito

acerca do livro para revista “Tempo Brasileiro” no intuito de discutir sobre o que estava escrevendo. Devido ao avanço histórico da vida política naquele momento no Brasil, Guerreiro Ramos percebeu a necessidade de publicar a primeira parte do livro na revista para contribuir às discussões que se formavam no contexto brasileiro (Ramos, 1963).

Guerreiro Ramos também expôs o posicionamento contra o marxismo-leninismo na coluna que escrevia no jornal *Última Hora*. Na edição publicada em 20 de janeiro de 1961, o autor afirma que o marxismo-leninismo era uma forma de magia contemporânea. Para Guerreiro Ramos (1961), o marxismo-leninismo pode até ter servido, durante determinado período, para a realidade socialista soviética, mas foge da realidade brasileira. “Por mais simpatia que nos inspirem os mortos, não podemos consentir que eles dirijam os vivos” (1961). Logo, os pensamentos de Guerreiro Ramos sobre o marxismo-leninismo expressam o comprometimento do autor com a originalidade da revolução brasileira.

Destarte, Guerreiro Ramos (1963) alerta que não é possível importar o marxismo-leninismo sem a devida “redução sociológica”. Dessa maneira, podemos afirmar que Guerreiro Ramos se antecipa à discussão decolonial, na qual, mesmo quando seguimos uma perspectiva crítica do centro, devemos estar atentos para não estarmos sendo eurocêntricos (Dussel & Ibarra-Colado, 2006).

Em “Mito e Verdade da Revolução Brasileira”, Guerreiro Ramos somou-se a autores nacionalistas como Franklin de Oliveira, que escreveu títulos como “Revolução e contra-revolução no Brasil” e “Que é a revolução brasileira?” (Motta, 2010, p. 93). Apesar de ressaltar a relevância da obra de Guerreiro Ramos e apontar a proximidade do autor com outros teóricos nacionalistas, Motta (2010) não percebe a proximidade existente entre as preocupações que Guerreiro Ramos (1963) e Celso Furtado (1962) apresentavam ao redor do marxismo-leninismo na revolução brasileira. Enquanto Celso Furtado critica a falta de humanidade presente no comunismo soviético, Guerreiro Ramos critica o marxismo-leninismo, alegando que nem Marx, nem Lenin, eram marxista-leninistas. Portanto, ambos os autores não criticam Marx, mas alertam que o marxismo foi produzido ‘do lado interno da borda’, e, por isso, também deve passar por uma ‘redução’ para a análise da realidade brasileira.

Guerreiro Ramos (1963) também se aproxima teoricamente de Celso Furtado (1962) na busca por construir uma teoria social. A teoria social de Guerreiro Ramos é uma crítica ao dogmatismo científico, que ignora as condições histórico-culturais dos fenômenos estudados (Lynch, 2015). A partir disso, podemos perceber que desde a década de 1950, Guerreiro Ramos e Celso Furtado já inauguravam uma perspectiva *border thinking*, pois já refletiam e abstraíam a produção de realidade por meio de olhares que buscavam a decolonialidade. Tal é o caso da crítica ao marxismo-leninismo, apesar de utilizarem os estudos de Marx como fundamentação teórica. No contexto atual, as críticas à crítica realizadas por Guerreiro Ramos (1963) e Celso Furtado (1962) permanecem necessárias. Apesar do esforço realizado pelos Estudos críticos organizacionais em produzir um pensamento crítico sobre as organizações, a base teórica utilizada na construção do conhecimento é predominantemente eurocêntrica e norte-americana. Com isso, existe um novo tipo de opressão na América Latina, que é a colonização teórica e a pobreza educacional (Mandiola, 2010). Nesse sentido, o esforço por resgatar as contribuições teóricas de autores como Guerreiro Ramos e Furtado consiste em um movimento de luta em busca da decolonialidade.

Considerações finais

A análise das interseções entre as obras de Guerreiro Ramos e Furtado, a partir da perspectiva *border thinking*, permitiu considerar que os livros publicados pelos autores, no período pré-golpe de 1964, representavam um movimento de conscientização social em prol do fim das injustiças sociais. Afirmamos isso com base nas teses e discussões que os livros trazem, as quais têm como principal perspectiva a transformação de um país com ideologia colonial em um país com autonomia para tomar as próprias decisões a partir da realidade local.

Ademais, a geração da qual fizeram parte Guerreiro Ramos e Furtado praticou “um projeto-interpretação-utopia” de nação (Barbosa, 2017, p. 30), que procurou compreender os problemas nacionais a partir de lentes próprias com o objetivo da superação do subdesenvolvimento.

Sendo assim, as obras de Guerreiro e Furtado, analisadas neste trabalho, estão à frente de seu tempo. Elas trazem os conceitos e reflexões da perspectiva *border thinking*, antes mesmo dela existir. Essa reflexão provoca o questionamento sobre o motivo pelo qual os autores não fundaram esta perspectiva teórica no início dos anos 1960. Isto porque Guerreiro Ramos e Furtado, com as metodologias para a redução e com o método histórico estrutural respectivamente, anteciparam-se aos arcabouços teóricos do pensamento decolonial. Talvez, o senso de responsabilidade social no período pré-golpe tenha sido tão intenso para eles, que não lhes deu o tempo necessário para apresentar as metodologias desenvolvidas como uma nova abordagem. Afirmamos isso porque, segundo Lynch (2015), Guerreiro Ramos justificou a não publicação da teoria social brasileira, afirmando que as circunstâncias ainda não o haviam permitido. Para Lynch (2015), a teoria da sociedade brasileira foi interrompida pelo golpe de 1964. Apesar de compreendermos as consequências do golpe para a teoria social brasileira, consideramos que seria relevante estudar quais foram as circunstâncias que impossibilitaram a publicação de tal teoria no período que antecedeu o ano de 1964.

Outra reflexão provocada pelo trabalho é o contexto do Brasil no início dos anos 1960. A partir das obras dos autores que estudamos, percebemos que havia no país um cenário de participação e interesse pela superação dos problemas sociais e econômicos. Um cenário que considerava o global, mas com foco na realidade nacional, e que já abordava a perspectiva *border thinking*. Apesar desta percepção nos trazer orgulho, porque demonstra que em determinado momento o Brasil foi um caso empírico da perspectiva *border thinking*, nos provoca também inquietação devido ao aparente retrocesso que tivemos desde o golpe de 1964. Por fim, cabe mencionar que o esforço por analisar as obras desses autores trouxe consciência e reflexão sobre a relevância dos estudos organizacionais, resgatando seu papel de conscientização social. Além disso, a análise das obras de Guerreiro Ramos e Furtado, a partir da perspectiva *border thinking*, demonstraram que os pensamentos dos autores ainda são atuais e contribuem para o fortalecimento das discussões da abordagem decolonial, assim como para abraçá-las. Dessa forma, sugerimos para futuros trabalhos uma análise sobre os impactos sociais da perspectiva *border thinking*, assim como a busca por outros autores brasileiros, e latino-americanos que contribuíram ou contribuem para o *border thinking*.

Agradecimentos

Este artigo contou com o apoio da Capes por meio do Edital 013/2015 Memórias Brasileiras: Biografias.

Referências

- Abdalla, M., & Faria, A. (2017). Em defesa da opção decolonial em administração/gestão. *Cadernos EBAPE. BR*, 15(4), 914-929.
- Alcadipani, R. (2017). Reclaiming sociological reduction: Analysing the circulation of management education in the periphery. *Management Learning*, 48(5), 535-551. <https://doi.org/10.1177/1350507617710321>
- Alcadipani, R., Khan, F., Gantman, E., & Nkomo, S. (2012). Southern voices in management and organization knowledge. *Organization*, 19(2), 131-143. DOI: 10.1177/1350508411431910
- Bariani, E. (2015). Certidão de nascimento: a redução sociológica em seu contexto de publicação. *Caderno CRH*, 28(73), 15-25. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792015000100002>
- Ballestrin, L. (2013). Decolonial turn and Latin America. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 11, 89-117.
- Barbosa, A. (2017). *O Brasil Desenvolvimentista (1946-1964) e a trajetória de Rômulo Almeida: ensaio de interpretação histórica*. Tese apresentada ao Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Livre-Docente.

- Bielschowsky, R. (1995). Vigências das contribuições de Celso Furtado ao estruturalismo. *Revista Cepal*. Número Especial em Português.
- Boianovsky, M. (2015). Between Lévi-Strauss and Braudel: Furtado and the historical-structural method in Latin American political economy. *Journal of Economic Methodology*. <https://dx.doi.org/10.1080/1350178X.2015.1024879>
- Delgado L., N. (2010). O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. *Tempo*, 14(28), 123-143. <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-77042010000100006>
- Dussel, E., & Ibarra-Colado, E. (2006). Globalization, organization and the ethics of liberation. *Organization*, 13(4), 489-508.
- Faria, A. (2013). Border thinking in Action: Should Critical Management Studies Get Anything Done? In *Getting Things Done. Dialogues in Critical Management Studies* (pp. 277-300), Emerald Group Publishing Limited.
- Furtado, C. (1962). *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- Furtado, C. (1959). *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- Gonçalves, M. (2016). *American Way of Business: Empresariado Brasileiro e Norte-Americano no Caminho do Golpe Empresarial-Militar de 1964*. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
- Grosfoguel, R. (2009). Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Periferia*, 1(2), 41-91. <https://dx.doi.org/10.12957/periferia.2009.3428>
- Lynch, C. E. (2015). Teoria pós-colonial e pensamento brasileiro na obra de Guerreiro Ramos: o pensamento sociológico, 1953-1955. *Caderno CRH*, 28(73), 27-45. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792015000100003>
- Maia, J. M. (2015). A sociologia periférica de Guerreiro Ramos. *Cad. CRH*, 28(73), 47-58. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792015000100004>.
- Mandiola, M. (2010). Latin America's critical management? A liberation genealogy. *Critical perspectives on international business*, 6(2/3), 162-176. <http://dx.doi.org/10.1108/17422041011049978>
- Matta, J. (1983). Alberto Guerreiro Ramos - Reflexão preliminar sobre sua trajetória intelectual, em homenagem póstuma. *Revista De Administração Pública*, 17(1), 95-106. <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/11300>
- Mignolo, W. (2011). *The Darker Side of Western Modernity: Global Futures, Decolonial Options*. London: Duke University Press.
- Mignolo, W., & Tlostanova, M. (2006). Theorizing from the borders: shifting to Geo - and Body - Politics of Knowledge. *European Journal of Social Theory*, 9(2), 205-221. <https://doi.org/10.1177/1368431006063333>
- Motta, L. E. (2010). A política do guerreiro: nacionalismo, revolução e socialismo no debate brasileiro dos anos 1960. *Organizações & Sociedade*, 17(52), 85-101. <https://dx.doi.org/10.1590/S1984-92302010000100005>
- Oliveira, L. L. (1985). *A sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.
- Paes de Paula, A. P.; Maranhão, C. M. S. de A.; Barreto, R. de O. & Klechen, C. F. (2010). A tradição e a autonomia dos estudos organizacionais críticos no Brasil. *Revista de Administração de Empresas*, 50(1), 10-23. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75902010000100002>.
- Pereira, J. S. (1962) *Terceiro Mundo: unidade e emergência*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos.
- Ramos, G. (1958). *A redução sociológica (introdução ao estudo da razão sociológica)*. Rio de Janeiro: ISEB.
- Ramos, G. (1961, 20 janeiro). *Fim do Marxismo-Leninismo, Comêço*. Jornal Última Hora, Do Ponto de Vista Nacional, Rio de Janeiro, ed. 03246 (25), p 7. [Weblog]. Recuperado em 14 Maio 2018, do <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=386030>
- Ramos, G. (1963). *Mito e Verdade da Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar Editôres.
- Tenório, F. (2010). O drama de ser dois: um sociólogo engratado. *Organizações & Sociedade*, 17(52), 29-46. <https://dx.doi.org/10.1590/S1984-92302010000100002>

- Tenório, F., & Wanderley, S. (2018). Celso Furtado: um economista a serviço da gestão pública, 1943-1964. *Revista de Administração Pública*, 52(3), 507-526. <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/74976>
- Wanderley, S. (2015). Estudos organizacionais, (des)colonialidade e estudos da dependência: as contribuições da Cepal. *Cadernos EBAPE.BR*, 13(2), 237-255. Recuperado de <http://www.spell.org.br/documentos/ver/34698/estudos-organizacionais---des-colonialidade-e-estudos-da-dependencia—ascontribuicoes-da-cepal/i/pt-br>
- Wanderley, S. (2016). Iseb, a school of government: developmentalism and the qualification of technicians and managers. *Revista de Administração Pública*, 50(6), 913-936. <https://dx.doi.org/10.1590/0034-7612150061>
- Wanderley, S., & Barros, A. (2018). Decoloniality, geopolitics of knowledge and historic turn: Towards a Latin American agenda. *Management & Organizational History*. <https://doi.org/10.1080/17449359.2018.1431551>

Notas

- * Artigo de pesquisa científica.

Licencia Creative Commons CC BY 4.0

Como citar: Bauer M., A. P., Silva F., V., & Wanderley, S. (2019). Decolonialidade, border thinking e organizações: as contribuições de Guerreiro Ramos e Celso Furtado. *Cuadernos de Administración*, 32(58). <https://doi.org/10.11144/Javeriana.cao32-58.dbto>